



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Síntese aponta erros na gestão da merenda

No levantamento estão a falta de alimentos em grande parte das escolas estaduais e falhas nos processos de licitação

Correio de Sergipe - 18, 19 e 20/06/2016

Carolina Farias

Um panorama que envolveria irregularidades e uma seqüência de erros por parte da gestão estadual de Sergipe. Esse é o mote da denúncia dos professores e alunos da rede pública de ensino em relação à merenda escolar. O professor Paulo Cesar Lira, diretor do Síntese, representante do Sindicato no Conselho Alimentação Escolar de Sergipe (CAE/SE), denuncia que o ano de 2016 começou e continua sem alimentação para os alunos de boa parte das escolas estaduais e acrescenta que mesmo com as irregularidades apontadas pelo sindicato, as contas foram aprovadas pelo CAE.

O professor cita que na última reunião da comissão que analisa as contas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), apresentadas pela Seed, realizada no último dia 30, os conselheiros que votaram a favor fizeram apenas uma ressalva em relação às contas apresentadas. A ressalva colocada pelos conselheiros foi que a Seed não havia investido 30% das verbas enviadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para o PNAE, na compra de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar. "Boa parte das escolas estaduais estão sem merenda, escolas como José Alves Nascimento no bairro Coqueiral, Nelson Mandela que é o antigo Médico e boa parte das escolas do município de Capela estão sem alimentação escolar. Não é falta de recurso, é irresponsabilidade com a educação e vou dizer o porquê. Foi reprogramado quase R\$5 milhões que poderiam estar sendo investidos em alimentação escolar. O Estado deixou de investir esse montante na alimentação dos estudantes. O governo recebeu R\$13 milhões e desses ele só gastou um pouco mais de R\$8 milhões. Desses R\$13 milhões, 30% seriam gastos com alimentação da agricultura familiar e só gastou/comprou em torno de 520 mil reais, o que dá em torno de 3,91%", revela Paulo Lira.

De acordo com o professor, não são só as escolas de Aracaju estão com problemas na alimentação, mas escolas do interior também estão passando pela mesma situação. "No colégio estadual Manuel Alcino do Nascimento, de Graccho Cardoso, temos apenas açúcar e carne de sol. O Benefício

LEITURA DINÂMICA

O Sindicato dos Trabalhadores da Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe (Síntese) fez um levantamento da situação da merenda escolar na rede estadual de ensino e apresentou supostas irregularidades, a exemplo do fornecimento da alimentação, a falta de merendeiras, o não cumprimento de normas estabelecidas por lei, bem como a inexistência de gêneros alimentícios. O recente fato que deixou a categoria perplexa, mesmo com os graves problemas citados, foi o do Conselho de Alimentação Escolar do Estado de Sergipe (CAE/SE) que teria aprovado (com ressalvas) as contas do ano de 2015 do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), apresentadas pela Secretaria de Estado da Educação de Sergipe (Seed/SE). Somente os representantes do Síntese e do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Públicos do Estado de Sergipe (Sintrase) se colocaram contra a aprovação, e é por esse motivo que o Síntese indica entrar com uma ação no Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público Estadual (MPE) para apurar as supostas irregularidades.

alimento, mas o governo recebe verba para os quilombolas. Está um verdadeiro caos. A última resposta que a diretoria do Departamento de Alimentação do Estado (DAE) nos deu é de que eles estavam licitando para comprar os alimentos. Outra coisa gritante é que não foi seguido o cardápio indicado pelos nutricionistas. Estão oferecendo aos alunos apenas broa e suco, o que significa que não está sendo seguido o cardápio que é aprovado," revela.

• Aprovado

O professor Paulo Lira afirma que o CAE aprovou as contas do Estado (com ressalvas) mesmo tendo o envolvimento das empresas Gama Distribuidora Logística de Alimentos e Jamac Indústria e Comércio, que estão entre as empresas que teriam participado de fraudes no processo licitatório, em São Cristóvão. "Não poderíamos votar a favor de contas onde há uma série de irregularidades. Temos a questão dos 30% para a agricultura familiar, a falta de alimentos ou a qualidade dos mesmos que quando são oferecidos não seguem o cardápio nutricional. Além disso, as empresas que venderam os alimentos estão sob suspeitas de corrupção. Se tem indício de corrupção eu acho que o mais sensato é não aprovar as contas", analisa.

O professor avalia que a omissão na aplicação das receitas do PNAE por parte da gestão da atual gestão da Seed, para o ano de 2015, gerou uma sobra de recursos que poderiam ser utilizados para compra de alimentos. "Esta situação é típi-

caso do PNAE de 2015. A Seed descumpriu a Lei e não investiu os 30% na compra de alimentos da agricultura familiar. E ainda deixou dinheiro sobrando em caixa mesmo diante de relatório elaborado pelo CAE e diversas denúncias feitas pelo Síntese mostrando a falta de gêneros alimentícios nas escolas da rede estadual. Eu sou um mero educador, ele é um doutor em educação e deveria ter a sensibilidade de entender esse problema", pontua.

Para apurar a situação, o Síntese irá levar o caso ao MPF e MPE. "Nós vamos procurar o MPF e o MPE porque a verba é federal e estadual, para dizer que o CAE aprovou as contas com ressalvas e nós não aprovamos por causa das duas empresas, e aí é que entra o MPF, que irá apurar através da CGU que essas duas empresas suspeitas de corrupção prestaram serviço ao Estado. Não estamos dizendo que houve, estamos dizendo que tem indícios e então o MPF e MPE vão apurar. Faremos auditoria de tudo o que foi gasto", frisa o professor.

• Macarrão com salsicha

A reportagem do jornal Correio de Sergipe esteve in loco em duas das escolas citadas pelo professor Paulo Cesar para constatar a veracidade dos fatos. Impedidos de entrar nos estabelecimentos de ensino, entrevistamos alunos que afirmaram não ter merenda escolar ou alimentação de qualidade.

Para a estudante M.S. do 1º ano do Colégio Estadual Professor João Costa (antigo Presidente Costa e Silva), a merenda é ruim e os alunos



Paulo Cesar Lira: "não poderíamos votar a favor de contas onde há uma série de irregularidades"

borado pelos nutricionistas. É uma alimentação péssima, com muito óleo e corante. Já nos cansamos de nos queixar para a direção, então a gente sai para comprar o lanche fora, acabamos gastando dinheiro porque a escola não oferece alimento adequado", lamenta a estudante.

O presidente do Grêmio estudantil do João Costa e dirigente Nacional da União Brasileira do Estudante Secundarista, Ângelo Marcio Bispo da Conceição, confirma as queixas dos outros alunos. "Esse é um dos principais problemas hoje na educação pública, principalmente na rede estadual. Não passou o processo de licitação da merenda e a merenda escolar passa dias sem chegar, e quando chega não é acompanhada por nutricionistas. Quando tem, chega macarrão com salsicha, às vezes um arroz, um cuscuz em cima da hora. Outro problema é a questão dos sucos que não estão sendo disponibilizados. Não sabemos se o que está sendo oferecido aqui tem acompanhamento de nutricionistas, porque a tia da merenda faz do jeito dela", salienta.

Para os alunos do Colégio Estadual Nelson Mandela (antigo Médico), o problema é pior, pois eles alegam que há mais de um mês não chega alimentação. A última vez teria sido oferecido um cachorro quente nos jogos escolares. Segundo Janson Barbosa de Jesus, presidente do grêmio do colégio, a situação é extrema. "Não temos merenda escolar, mas não é só merenda que não está chegando, estamos sem merendeiras e isso está afetando os

nos macarrão com frango ou com salsicha e o diretor já se prontificou a comprar o alimento. Agora somos nós que chegamos e compramos algo para comer. Que bom que a reportagem veio até nós porque nossa queixa é exatamente essa", pontua Janson Barbosa.

• CAE

Segundo o ex-presidente do CAE, que participou da reunião com os conselheiros, ele diz não entender o questionamento do professor em relação à aprovação com ressalva. "Foi a última reunião presidida por mim, estando como conselheiro. Estou com o voto do representante Paulo, do Síntese, mas ele tanto em 2015 como em 2016 fez parte do conselho. O professor Paulo Cesar também fez parte da Comissão de Financiamento para elaborar relatório, ele e os outros conselheiros sentaram e fizeram o relatório e trouxeram para o pleno ao qual ele estava, que veio com a aprovação com ressalva devido a essa questão dos 30% da agricultura familiar que a Seed não conseguiu cumprir, mas a própria indicação da comissão que o professor Paulo estava", indaga Fábio Meirelles.

• Seed

Embora os professores e alunos afirmem faltar merenda escolar, a assessoria de comunicação de comunicação da Seed informa que "a situação da merenda escolar será regularizada até o final do mês, pois devido a problemas com a licitação, apenas 28 itens foram atendidos dos mais de 70 itens citados pelo DAE. Já sobre os desmandos dos recursos da educação, isso não existe, pois se fosse verdade o Estado já teria sido notificado ou recebido alguma intervenção conforme os ditames da lei. É uma distorção do Síntese em relação à análise contábil", revela Elton Coelho, assessor de comunicação da Seed/SE.

Já de acordo com a assessoria de comunicação do DAE, "a diretora Creuza Brito de Figueiredo informa que a licitação de 2016 já foi aprovada e até o final do mês todos os alimentos serão entregues 100%. Ela informa ainda que não está faltando alimento nas escolas, pois a entrega já está em andamento. A diretora falará sobre o assunto com a imprensa depois do final desse mês, enquanto a situação seja organizada, pois isso é parte da luta diária desde o primeiro dia que assumiu a diretoria", afirma Katia Paim, assessora de comunicação do DAE.